

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUAN BREMER DE OLIVEIRA

A TRANSFORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: ENTRE O ESTADO E
A SOCIEDADE CIVIL (1979 – 2002)



CURITIBA

2019

LUAN BREMER DE OLIVEIRA

A TRANSFORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: ENTRE O ESTADO E
A SOCIEDADE CIVIL (1979 – 2002)

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi.

CURITIBA

2019

A ficha catalográfica é obrigatória para as teses (doutorado e livre docência) e as dissertações (mestrado) defendidas na UFPR, sendo oferecida gratuitamente nas bibliotecas do SiBi/UFPR.

Em obras impressas, a ficha catalográfica deve constar no verso da folha de rosto. Em obras digitais, a ficha deve constar na página após a página de rosto.

Entre em contato com a biblioteca do seu curso para solicitar a ficha catalográfica para sua tese ou dissertação: <http://www.portal.ufpr.br/contato.html>

Caso o autor tenha interesse em divulgar os dados científicos utilizados para a elaboração da sua Dissertação ou Tese, deve acessar a Base de Dados Científicos da Universidade Federal do Paraná (BDC/UFPR), e solicitar a inclusão do endereço (DOI) na Ficha Catalográfica do seu trabalho.

A presença da ficha catalográfica não significa que o trabalho está normalizado. Os bibliotecários que elaboram as fichas catalográficas não são responsáveis por verificar a normalização da tese/dissertação, uma vez que a normalização é de responsabilidade do autor do trabalho. As bibliotecas do SiBi/UFPR oferecem orientação sobre a normalização de trabalhos. Se necessário, consulte a biblioteca do seu curso para obter informações sobre essa orientação.

Em cumprimento à Resolução n. 184, de 29 de setembro de 2017, do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), a ficha catalográfica deve estar acompanhada do nome e do número de registro profissional do bibliotecário que a elaborou. Portanto, **solicitamos que as informações da ficha não sejam alteradas, inclusive as palavras-chave, que estão padronizados no Sistema de Bibliotecas da UFPR.** Se necessitar de qualquer alteração na ficha, por favor, solicite-a ao bibliotecário.

Outras informações: http://www.portal.ufpr.br/ficha_catalog.html

Mantenha essa página em branco para inclusão da ficha catalográfica após a conclusão do trabalho.

TERMO DE APROVAÇÃO

LUAN BREMER DE OLIVEIRA

A TRANSFORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: ENTRE O ESTADO E
A SOCIEDADE CIVIL (1979 – 2002).

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

Prof. Dr. Bruno Bolognesi

Orientador – Departamento de Ciência Política, UFPR

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Curitiba, 18 de novembro de 2019

Mantenha essa página em branco para inclusão do termo/folha de aprovação assinado e digitalizado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de forma geral, a todos e todas que estiveram ao meu lado durante esta etapa que se finaliza. Não de um fácil caminho percorrido devido a questões contextuais e cotidianas, mas durante todo o percurso recebi o aporte de muitas pessoas às quais sempre me motivaram de chegar até o final.

Agradeço ao Prof. Dr. Bruno Bolognesi pela atenção e paciência dada à pesquisa.

Sou muito grato aos meus colegas Lucas Silva Costa e Rodolpho Wolf pelas conversas durante o curso que contribuíram para o enriquecimento da minha visão de mundo, e em especial, para Patrícia Sene de Almeida, que para além do conhecimento compartilhado, suas conversas contribuíram muito para a pesquisa.

Sou eternamente grato aos meus pais pelo suporte e carinho hoje e sempre.

E por último, mas não menos especial, à minha amada companheira Isabelle de Santis Souza pelo contínuo apoio, carinho e amor dedicado.

RESUMO

O surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) representa um caso distinto na história da política brasileira: formado a partir da junção de grupos da sociedade, revela-se como combativa oposição à transição democrática negociada entre os militares e as elites políticas. Por outro lado, ao passo que o partido insere-se na arena institucional, um gradual processo de transformação vigora derrubando barreiras antes sólidas. A revisão bibliográfica aqui apresentada nos permite verificar de que forma o partido atuou em relação à dimensão estatal e à sociedade civil, desde os antecedentes que levam à sua formação, em 1979, às eleições de 2002. Dessa forma, foi possível conceber que a transformação do partido se dá tanto em resposta aos estímulos externos - como sua adaptação ao sistema partidário vigente -, quanto aos estímulos internos - provocados pela dinâmica entre as tendências internas ao partido -, mas que, de toda forma, o PT ainda mantém vínculos com a sociedade civil, embora mais dependente da dimensão estatal.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores. Transição. Transformação. Sociedade Civil.

ABSTRACT

The emergence of the Worker's Party (Partido dos Trabalhadores – PT) represents a distinct event in the history of Brazilian politics: constituted by a combination of various social groups, it reveals itself as a fierce opposition to the democratic transition bargained between the military and the political elites. On the other hand, as the party penetrates the institutional arena, a gradual transformation process prevails, breaking down once solid barriers. The bibliographic reviews presented in this work allow us to verify in what way the party has acted in relation to the State aspect and to the civil society, since the its formation until the 2002 elections. Thus, it was possible to realize that party's transformation happens due to a response to external stimuli - as its adaptation to the current party system -, as to internal stimuli – set in course through the dynamics between internal tendencies in the party – but in any case, PT still maintains its bonds to the civil society, even though it is even more dependent to the State aspect.

Keywords: Worker's party. Transition. Transformation. Civil Society.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO DIRETÓRIO NACIONAL, 1983-1984 (%).....	34
Tabela 2 - INSTÂNCIA(S) PARTIDÁRIA(S) DA QUAL PARTICIPAM OS DELEGADOS AO EN (%).....	38
Tabela 3 - PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DOS DELEGADOS PETISTAS (%).....	38
Tabela 4 - PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS EM MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL (%).....	39

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

DN – Diretório Nacional

DR – Democracia Radical

DS – Democracia Socialista

EN – Encontro Nacional

HV – Hora da Verdade

LPP - Lei dos Partidos Políticos

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

VS – Vertente Socialista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1979 – 1989)	18
2.1 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA	18
2.2 FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	22
2.2.1 Novo Sindicalismo	23
2.2.2 Organização	24
2.2.3 O PT e as eleições.	25
3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES EM TRANSFORMAÇÃO (1990 – 2002)....	29
3.1 AMBIENTE INSTITUCIONAL: LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS (1995).....	29
3.2 ARTICULAÇÃO/CAMPO MAJORITÁRIO: DA FORMAÇÃO À COALIZÃO	30
DOMINANTE.....	30
3.2.1 Articulação dos 113	31
3.2.2 Crise da Articulação e a direção da coalizão de esquerda.....	32
3.2.3 Campo Majoritário	33
3.3 TRANSFORMAÇÃO	33
3.3.1 Finanças.....	34
3.3.2 Modernização das campanhas eleitorais e o declínio da base	35
3.3.3 Burocratização e profissionalização	37
3.3.4 PT e sociedade: os setoriais	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores (PT) consiste em inovação no espectro partidário brasileiro, surgido a partir de bases sociais externas no contexto da transição do regime militar para a democracia, especificamente entre 1979 e 1980. Caracteriza-se, logo de início, como uma agremiação extraparlamentar, surgido de “baixo para cima” - no qual deita suas raízes no seio da sociedade civil – e com um apelo de oposição à transição negociada, unindo as demandas sociais e econômicas com os protestos por democracia, representando, assim, o anseio de autonomia da classe trabalhadora em relação à arena político-institucional.

Sua formação ocorre por meio da convergência de diversos setores da sociedade civil, que vão desde os movimentos progressistas da Igreja Católica, passando pelos sindicatos e movimentos sociais urbanos, até intelectuais e grupos trotskistas. Apresentava-se como representante político combativo, surgido do lado de fora do sistema tradicional das elites e de caráter socialista. Assim, portanto, o PT vinha nos anos 1980 com o objetivo de romper com a lógica da política tradicional brasileira na qual a classe trabalhadora delega seu poder à políticos que não lhe representam na esfera institucional.

As singularidades do PT em relação aos demais partidos do quadro partidário do período, não se limitam somente à postura e ao discurso adotado, mas também a questões do ponto de vista organizacional. Ou seja, como oriundo da esfera societária, o partido buscou estabelecer, em sua estrutura, mecanismos que fortalecessem sua ligação com a sociedade, como os núcleos de base e as pré-convenções. Por outro lado, as pressões do ambiente institucional impõem dilemas ao partido, que os levam a enfrentar sérias crises internamente, como por exemplo, a sua forma de atuar, mantendo a relação entre a arena institucional e os movimentos sociais.

A moderação do PT, porém, vem a partir da década de 1990: ao passo em que o partido passa a conquistar mais eleições, inserindo-se cada vez mais no ambiente institucional, a intensificação dos dilemas vivenciados ainda na década anterior coloca o partido frente a frente ao seu perfil combativo de origem. Entretanto, é somente a partir de 1995 que se torna evidente o processo de remodelagem do partido, ou mesmo, sua transformação mais acentuada, já que é neste mesmo ano que a coalizão Articulação/Campo Majoritário, responsável por implementar tais reformas, reassume a direção partidária. Vale mencionar que, somando a isto, a reforma partidária realizada no mesmo ano abre novas possibilidades para os partidos políticos – possibilidades que muito contribuíram para a transformação petista.

A presente pesquisa faz uma análise bibliográfica acerca das transformações vivenciadas pelo PT entre os anos 1979 e 2002, enfocando seu posicionamento em relação à ao Estado e à sociedade civil. Este tipo de avaliação nos permite visualizar de que forma a estrutura partidária brasileira incide sobre o perfil dos partidos políticos. O PT aparece como um caso singular devido justamente ao caminho que trilhou neste ambiente desde sua fundação até os dias atuais.

O estudo está dividido em duas seções. A primeira trata do contexto no qual nasce o partido - período de transição para democracia - e suas experiências vivenciadas durante seu primeiro decênio, desde os antecedentes que levaram a sua formação, passando por sua organização e suas primeiras experiências eleitorais durante a década de 1980. Na segunda seção, o foco está direcionado às transformações do partido, em questões relacionadas ao setor financeiro, à terceirização, profissionalização e burocratização, passando por uma breve análise das mudanças estabelecidas com a reforma partidária de 1995, assim como uma breve trajetória da tendência Articulação/Campo Majoritário, e, por fim, tratando especificamente das transformações internas.

2 A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1979 – 1989)

O Partido dos Trabalhadores veio a ser fundado durante o período de “distensão política”, orquestrado por Ernesto Geisel e seus estrategistas, que previa a liberalização de alguns direitos antes cassados à sociedade. A Reforma Partidária de 1979 - parte deste processo de liberalização - pôs fim ao bipartidarismo instituído nos anos iniciais da ditadura e abriu a possibilidade da formação de novas agremiações partidárias. É por meio desta possibilidade que os grupos interessados em formar um novo partido popular se juntam e formam o Partido dos Trabalhadores (PT), na cidade de São Paulo, em 1980.

2.1 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

De acordo com Codato (2005), o período denominado como transição democrática no Brasil só ocorre a partir da última fase do regime militar, em 1985, quando da eleição indireta que elegeu a chapa Tancredo/Sarney, terminando com as eleições diretas presidenciais em 1989. As fases que precedem este momento e que nos interessa nesta pesquisa são denominadas pelo autor como “transformação” - que vai de 1974 a 1979, durante o governo Geisel - e “desagregação” - sob o governo Figueiredo, de 1979 a 1985.

No período de transformação, Geisel e seus estrategistas possuíam dois objetivos, um de caráter militar e outro político: solucionar questões internas à cúpula militar e estabilizar institucionalmente o regime ditatorial. Em relação ao primeiro item, a tarefa consistia em “afastar gradualmente as Forças Armadas do comando global da política nacional e conter as atividades dos setores de informação e repressão do Estado, reduzindo, com isso, uma das fontes de poder da facção rival”, além de centralizar o poder nas mãos do Executivo e no Presidente da República. Já o segundo objetivo, de caráter político, a questão era a segurança do regime, isto é, dirigir uma distensão do regime militar, restaurando certas liberdades civis de forma gradual, mas não com a intenção de romper essencialmente com o autoritarismo, mas institucionaliza-lo, ou “tornar a ditadura militar menos conservadora politicamente” (CODATO, 2005, p. 166).

Contudo, ainda no que diz respeito ao segundo ponto, Codato (2005) esclarece que:

“O passo para se institucionalizar o autoritarismo [...] não significa, porém, que o regime autoritário era pouco ou nada institucionalizado, mas que o arranjo institucional em vigor não era funcional nem estável, daí as crises políticas frequentes; que, portanto, ele deveria ser reformado para suportar essas crises, sem que isso implicasse uma regressão ‘populista’ (ao pré-1964) ou num avanço democrático” (CODATO, 2005, p. 173).

A sociedade civil neste cenário é, segundo Codato (2005), mais determinante no ritmo do processo de transição - pressionando as esferas decisórias - do que na orientação do mesmo. Para o autor, esta dinâmica é uma das representações da natureza conservadora da transição do regime, uma vez que os militares mantiveram posições estratégicas no Estado e prerrogativas de vetar iniciativas dos políticos civis em relação a temas institucionais e constitucionais. Um processo dessa natureza pode afetar o desenvolvimento institucional e a dinâmica das democracias.

Para Codato (2005), o resultado remete a Florestan Fernandes que aponta o regime que veio a surgir como uma “democracia forte”, ou seja, “uma forma política nem explicitamente ditatorial, a ponto de ser combatida como tal, nem plenamente democrática e liberal” (CODATO, 2005, p. 181).

Já Arturi (2001), defende uma periodização distinta da anterior. Para este autor (2001), um processo de democratização passa por três etapas: dissolução do regime autoritário, a construção da democracia e a consolidação do novo regime - periodização que se encaixa no caso brasileiro. A primeira fase, de 1974 a 1985, se encontra sob os governos de Geisel e Figueiredo; a segunda etapa envolve o governo civil de José Sarney, de 1985 a 1990; e por último, a consolidação do regime se dá com a eleição de Fernando Collor de Mello em março de 1990 e, de certa forma, continua em andamento.

Em relação a duração da transição brasileira, é unânime entre Codato (2005) e Arturi (2001) que o processo levou um longo período. Este ponto é visto como uma singularidade quando comparado a outros países que passaram pela experiência da transição de regimes, como a Espanha. No entanto, Arturi (2001) diverge de alguns autores ao postular que, no regime militar, “seus dirigentes sempre consideraram o autoritarismo como formato político transitório” – o que contraria a perspectiva de autores que verificam o golpe de 1964 não como uma forma dos militares exercerem seu clássico e esporádico poder moderador, mas como uma forma de tomar o poder e conserva-lo permanentemente (ARTURI, 2001, p. 16).

No pleito de 1974, os militares sofrem um revés eleitoral: sagra-se vitorioso o MDB, partido de oposição ao regime. Para Arturi (2001), este feito, mais o reconhecimento da derrota por parte de Geisel, representa a homologação do processo de liberalização política, uma vez que há a necessidade dos principais atores políticos em reconhecê-lo. Contudo, o horizonte da liberalização não se abriu sem antes Geisel e seus estrategistas controlarem firmemente este processo, realizando reformas pragmáticas e medidas arbitrárias a fim de manter maioria no Congresso e enquadrar os grupos extremos da cúpula militar.

O governo do General João Figueiredo se inicia em 1979 com o intuito de manter a “abertura política” iniciada pelo governo anterior. Arturi (2001) aponta, porém, que questões como a revogação do AI-5, a recessão econômica e o surgimento do Novo Sindicalismo, dentre outros movimentos sociais, acabaram por dar outro ritmo ao processo de transição controlado pelos militares. Apesar destes fatores determinantes, o governo Figueiredo, de acordo com o autor, deu prosseguimento à abertura política promovendo uma anistia ampla e a reforma partidária – esta última, como parte da estratégia de dividir a crescente oposição.

O movimento pelas “Diretas Já!”, em 1984, ainda sob o governo de Figueiredo, mobilizou milhares de pessoas por todo país a reivindicarem a volta das eleições diretas para Presidente da República. No entanto, segundo Arturi (2001), apesar da proporção do movimento, a mobilização se viu impotente frente as negociações “por cima” entre os militares e as tradicionais elites políticas, que apreciavam o desenrolar dos acontecimentos políticos. Isto é, a mobilização pelas eleições diretas “foi incapaz de dar um desfecho verdadeiramente democrático ao processo de transição”. Com isso, em 1985, a chapa Tancredo-Sarney é eleita indiretamente por um Colégio Eleitoral, seguida da morte de Tancredo Neves, que acaba por consagrar, ainda que por linhas tortas, o plano dos militares em passar a faixa presidencial a um político ligado a sua base de apoio (ARTURI, 2001, p. 20).

Assim, o autor vê o desfecho da transição da seguinte forma:

“O continuísmo e o excesso de ‘garantia’ tornaram-se as marcas da democracia outorgada brasileira, cujo êxito deve-se à combinação entre a estratégia voluntarista do regime autoritário e o auto-enquadramento da maioria da oposição na lógica e nas regras impostas pelo regime autoritário. A lentidão, o gradualismo e o controle exercido nesse período pelos detentores do poder legaram ‘resíduos autoritários’ e reforçaram práticas políticas tradicionais do país que problematizaram fortemente a fase seguinte de democratização [...] e constrangeram o processo de consolidação do novo regime democrático a partir de 1990” (ARTURI, 2001 p. 20).

Keck (1991), ao trabalhar o debate sobre transição política, menciona a importância e a premência de questões conceituais, utilizando-se da história a fim de não negligenciar os eventos históricos que compuseram o cenário em que se encontram. Em segundo lugar, aponta para o surgimento do espaço de lutas para a definição das regras dos jogos e dos agentes participantes desse processo político. A ideia, segundo a autora, é a de que quanto mais plural em termos de participantes e de alternativas, utilizando as instituições já existentes, ou criando, para mediar os conflitos que eventualmente surgirão, mais democrático tende a ser o regime. Caso contrário, se grupos mais poderosos insistirem em restringir o leque de alternativas, torna-se mais alto a probabilidade de não alcançar resultados democráticos mais efetivos.

No entanto, Keck (1991) sustenta que a história republicana do Brasil, especialmente do século XX, guarda certas particularidades que influenciam na trajetória das instituições. Isto é, tanto no fim do Estado Novo de Vargas, em 1945, quanto na transição do regime militar nos anos 1970 e 1980 – ambos os detentores do poder -, buscaram conservar o controle sobre o processo.

“Ao contrário do que ocorrera sob o regime Vargas, onde uma legislação corporativista fora percebida como uma extensão dos direitos sociais e de organização dos trabalhadores e dos pobres, a sua aplicação sob o governo militar foi vista como medida repressiva e fator de exclusão; as mudanças no sistema de relações trabalhistas acabaram por eliminar a maioria dos benefícios que o operariado colheira de suas relações com o Estado, reforçando seus aspectos coercitivos” (KECK, 1991, p. 45).

Além disso, durante o Estado Novo, a lealdade do operariado à Vargas significou que os trabalhadores não se mostravam opostos ao então presidente. Já na década de 1970, “os setores mais combativos e melhor organizados da classe operária estavam resolutamente do lado da oposição ao regime militar, e os novos líderes operários reivindicavam que os sindicatos se tornassem mais autônomos com relação ao Estado” (KECK, 1991, p. 46).

Esta dinâmica histórica que reveza autoritarismo e democracia parece pendular. Isto é, a política no Brasil sempre permeou os caminhos do autoritarismo: dissolvendo oposições, cassando direitos e manipulando as regras do jogo ao benefício próprio.

Agora voltando ao processo de liberalização, Keck (1991) não se questiona acerca dos motivos que levaram Geisel e seus estrategistas a tomarem tal decisão. A autora simplesmente se concentra na dinâmica do processo, isto é, ao passo em que dispõem novas possibilidades aos agentes políticos e sociais, os militares não abrem mão de alguns dispositivos de controle do Estado sobre a sociedade, já que a liberalização deveria ser “lenta, gradual e segura”. A Lei Falcão, de 1976, é citada pela autora como uma das medidas de controle por parte dos militares sobre o processo eleitoral, pois determinava “a proibição [...] da discussão das questões pelo rádio e pela televisão no horário gratuito de propaganda eleitoral”. Entretanto, sabemos que as medidas arbitrárias não foram suficientes para conter o prestígio que o MDB vinha ganhando com os anos, o que levou o governo a propor uma Reforma Partidária, em 1979, com o objetivo velado de dividir a oposição em torno do MDB (KECK, p. 56).

A produção de um “senso comum” acerca das limitadas possibilidades dispostas pela transição vinha como uma forma de defender os interesses das elites políticas nas negociações envolvidas neste processo, o que acabou por gerar diversos conflitos neste cenário, como menciona Keck (1991, p. 47):

“[...] uma, entre os militares e os vários componentes da oposição democrática, a propósito do cronograma e da extensão da abertura política; e outra, no interior da

oposição, que dizia respeito à legitimidade de visões conflitantes sobre a transição e sobre um futuro desejado”.

Isto, para a autora, trouxe consequências relevantes na dimensão institucional. Para a maioria dos líderes da oposição, a transição chegaria ao fim a partir de sua chegada ao poder, quer dizer, restauradas as eleições diretas para todos os cargos, a democracia plena estaria instaurada. Para estes líderes, o interesse estava na construção de um regime democrático, e não essencialmente, na construção de um ambiente com condições institucionais plenas para uma política democrática. Segundo Keck (1991, p. 48), “esta é uma concepção bem fraca de democracia – que certamente se enquadra numa definição minimalista dos regimes democráticos”.

2.2 FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores (PT) surge no contexto de transição como contestador do senso comum acerca de suas possibilidades. A diversidade de setores da sociedade presente em sua formação poderia até divergir em questões estratégicas, mas o ímpeto antiautoritário/pró-democrático forjou a união do que veio a ser o PT.

A Reforma Partidária de 1979, embora estratégia vedada do governo para dividir a oposição, abriu caminho para o debate entre os intelectuais, como Almino Afonso, José Álvaro Moisés e Francisco Weffort, sobre a formação de um novo partido popular. De acordo com Keck (1991, p. 70), Almino Afonso “defendia a necessidade de um partido popular, nacional e democrático, com uma visão do socialismo no horizonte e uma estrutura verdadeiramente democrática e participativa”. José Álvaro Moisés, por sua vez, percebia certa distância entre o MDB e as classes menos favorecidas, ou seja, faltava ao partido um projeto que ecoasse no cotidiano dessas pessoas. Portanto, as classes operárias e os menos favorecidos não faziam mais demandas aos representantes da elite política, pois estariam no cerne do partido, participando ativamente do processo político institucional.

Por outro lado, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) viam a discussão do novo partido popular como algo prematuro; a necessidade residia, para estes, numa oposição ampla contra o regime militar (KECK, 1991).

2.2.1 Novo Sindicalismo

Questões pulsantes como a restauração de direitos políticos e civis e melhores condições de vida foram canalizadas por uma onda de movimentos populares que protestavam intensamente contra o regime militar. Em meio a esta diversidade de grupos, uma corrente do movimento operário, conhecida como Novo Sindicalismo foi um importante agente da sociedade civil que contribuiu significativamente na formação do PT, junto de movimentos populares ligados a Igreja Católica, intelectuais, parlamentares progressistas, militantes trotskistas e remanescentes da luta armada contra o regime ditatorial (SECCO, 2015).

Em relação ao local onde surge o novo sindicalismo, Secco (2015) faz uma interessante observação sobre o desenvolvimento da região do ABC paulista:

“Dos anos 1930 até o início dos anos 1980, o Brasil viveu pelo menos dois grandes processos estruturais que afetaram aquela região: a industrialização e a urbanização, ligadas ao aumento demográfico e à acumulação acelerada de capital, especialmente centralizada no Estado de São Paulo. No ABC, a grande indústria automobilística se concentrou, assumindo a vanguarda produtiva e tecnológica do Brasil com suas montadoras e fabricas de autopeças: nos anos setenta, a indústria automotiva liderou a acumulação de capital, com taxas anuais de crescimento acima de 30%” (SECCO, 2015, p. 37).

Para além dos fatores econômicos, como a acumulação de capital derivada da modernização do polo industrial do ABC paulista, e das políticas de arrocho salarial – cuja participação do movimento operário foi predominante –, a relação entre o Estado e os sindicatos baseava-se na dominação do primeiro sobre o segundo de forma direta e indireta. Diretamente, o Estado intervinha na vida dos sindicatos por meio da restrição ideológica de líderes e grupos sindicais, reprimindo e perseguindo-os; e indiretamente, manipulava a legislação trabalhista a fim de intensificar seu controle sobre os sindicatos (MENEGUELLO, 1989).

Segundo Keck (1991), a legislação trabalhista que surge durante o Estado Novo revelava um caráter corporativista, no qual os sindicatos funcionavam como uma extensão do Estado. E nesta relação, o Ministério do Trabalho possuía expressiva autonomia para intervir nos sindicatos.

“[...] entre 1964 e 1970, o Ministério do Trabalho efetuou 536 intervenções em organizações sindicais, [...] Destas intervenções, 80,6% (ou um total de 432) ocorreram entre 1964 e 1965 e, dentre elas, 383 tiveram lugar em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações, afetando, assim, 18,75% dos sindicatos, 42% das federações e 82% das confederações do país” (KECK, 1991, p 78).

Assim, tanto a modernização industrial e as políticas econômicas, quanto o controle autoritário do regime militar sobre os sindicatos, são fatores determinantes para o surgimento

do Novo Sindicalismo, como também são características que o distinguem do movimento sindical tradicional. Isto é, de acordo com Meneguello (1989), sua atuação política é mais intensa e combativa, determinada a romper os laços corporativistas com o Estado e conquistar autonomia sindical e a democratização do sistema político.

O auge da mobilização do novo sindicalismo se dá nas greves de 1978 e 1979. Meneguello (1989) aponta o crescimento das reivindicações dos setores assalariados de classe média e a falta de objetividade nas pautas levadas à negociação como causa do enfraquecimento da mobilização. Com isso, foi preciso levar a luta para outro nível que sustentasse sua força política de caráter reivindicativo e que escapasse da estrutura trabalhista. Ou seja, o Novo Sindicalismo passou a apostar na arena político-partidária que se abria com a reforma.

2.2.2 Organização

As reuniões que vinham acontecendo desde 1979 em torno da formação do PT se oficializaram no dia 10 de outubro de 1980 no Colégio Sion, localizado em bairro nobre de São Paulo. De acordo com Secco (2015), cerca de 1200 pessoas compareceram ao encontro, em sua maioria estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares.

Keck (1991) e Secco (2015) chamam atenção para a formação de diferentes PT-s conforme a localização. Por exemplo, no Rio de Janeiro, os sindicatos estavam mais próximos do PCB e de grupos como o MR-8. Assim, foram estudantes, intelectuais e movimentos populares que deram vida ao partido. No Maranhão, não foi o sindicalismo que criou o PT, mas o inverso. No Acre, porém, o partido encontrou solo fértil para sua formação: era expressiva a presença dos movimentos ligados à Igreja Católica e dos sindicatos rurais que contribuíram para sua fundação (KECK, 1991; SECCO, 2015).

Do ponto de vista organizacional, na busca por legalização o PT precisou adotar medidas estratégicas para alcançar o maior apoio possível. De acordo com Keck (1991), a agilidade que este processo exigiu da direção partidária, desestabilizou o processo de filiação com foco na qualidade – quer dizer, na compreensão dos filiados para com o programa petista –, prevalecendo a quantidade. Por outro lado, o partido buscava ser internamente democrático e inclusivo para que suas bases participassem ativamente nas decisões partidárias. Para tanto, dois mecanismos fundamentais foram criados: as pré-convenções e os núcleos de base. As pré-convenções – organizadas em níveis municipais, regionais e nacionais – detinham o objetivo deliberativo, deixando os encontros oficiais ao formalismo. Os núcleos de base,

instância mais básica da estrutura petista, eram os órgãos nos quais todos os filiados deveriam se integrar, de acordo com sua região; representavam o local da ação política dos militantes do partido de forma a reforçar os laços deste com a base, além de promover a educação política e a garantia os direitos democráticos dos filiados (KECK, 1991).

Secco (2015) ressalta que os núcleos de base não seguiram o modelo das células comunistas, mas das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). E “embora o PCB no passado tenha sido por algum tempo um verdadeiro partido de massas, nenhuma agremiação partidária brasileira conseguiu impor-se com tanta capilaridade e de forma tão veloz quanto o PT”. De acordo com o autor, em 1982 havia cerca de mil núcleos espalhados pelo território nacional, com presença expressiva na região sudeste (SECCO, 2015, p. 79).

Segundo o autor (2015), a efetividade deste órgão varia de local para local. Além disso, não possuía vida orgânica permanente, isto é, em alguns locais os núcleos se encontravam desestruturados, e em outros só ganhavam vida em períodos eleitorais. Mesmo assim representa, além de uma novidade, um importante mecanismo organizacional que busca fortalecer os laços entre o PT e a sociedade.

Meneguello (1989) percebe que o espectro partidário surgido com a reforma de 1979, produziu um contexto político homogêneo no qual os partidos de oposição, em sua maioria, protestavam apenas para a volta de um regime democrático. O PT, segundo a autora, parece ser a exceção, pois buscava vincular demandas sociais e instituições políticas. “Esse vínculo institucional de caráter societário constitui a essência da novidade da proposta petista de partido político” (MENEGUELLO, 1989, p. 104).

Seu discurso, de caráter classista, ressoa ao novo sindicalismo que buscava sua emancipação em relação ao Estado. Dessa forma, os ataques petistas eram direcionados as desigualdades sociais, encaradas como produto da política elitista e autoritária, sendo necessário, então, a inserção da classe trabalhadora no sistema político, isto é, os trabalhadores deveriam representar a si mesmos na arena político-institucional.

2.2.3 O PT e as eleições.

Para Keck (1991, p. 145, 146), “as eleições, num período de transição, constituem um fenômeno difícil de se analisar”. A contribuição das “eleições fundacionais” é fundamental para o processo de transição de regime, pois “além de estabelecerem um novo equilíbrio das forças políticas, por mais precário que seja, também nos podem dizer muito sobre os atores políticos nelas envolvidos”. No Brasil, ainda que as eleições de 1982 não transferissem o

poder dos mandatários em nível nacional, “[...] a escolha direta dos governadores de estado, que ocorria pela primeira vez desde 1965, e a existência de novos partidos políticos” justificam seu sentido de fundação (KECK, 1991, p. 145, 146).

Segundo a autora (1991, p. 146), as eleições de 1982 se colocam a frente do PT trazendo pela primeira vez o problema da relação entre a construção de um partido legal com foco eleitoral e a construção de um partido no qual se baseava na esfera dos movimentos sociais. Para qual lado o partido penderia? Na busca da solução, o partido adotou posturas contraditórias, ora concorrendo apenas para consolidar sua organização, “[...] já que não se podia esperar que as eleições trouxessem mudanças reais para os trabalhadores” outrora, como em São Paulo, concorria para vencer.

De acordo com Keck (1991, p. 175), o resultado foi o seguinte:

“O partido elegeu oito deputados federais, dos quais seis eram de São Paulo, um do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. Elegeu um deputado estadual no Rio de Janeiro, um em Minas Gerais, um no Acre e nove em São Paulo. Os candidatos do PT para as prefeituras foram eleitos em dois municípios do país: um, na cidade de Diadema, São Paulo, e outro em Santa Quitéria, no Maranhão. No estado de São Paulo, o partido elegeu 78 vereadores em 39 municípios”.

Internamente, as conclusões acerca da derrota eleitoral divergiam em alguns casos, mas concordavam em outros, dois em especial: a falha na comunicação ao público e a imaturidade do partido, quer dizer, a agilidade que o processo de legalização exigiu impediu um maior debate interno, cujo tempo traria mais clareza sobre suas relações com outras forças políticas, permitindo avaliar melhor suas estratégias (KECK, 1991).

Contudo, Keck (1991) observa que a derrota eleitoral não abalou completamente as estruturas do PT – sua sobrevivência se deu, sobretudo, através da militância de seus membros em movimentos sociais e operários associados. Em 1984, o partido foi o primeiro a reivindicar por eleições diretas, “e a campanha das diretas-já representou um dos poucos exemplos de integração entre os papéis do partido no plano institucional e de mobilização” (KECK, 1991, p. 180).

Para Secco (2015, p. 113), no entanto, não foi o PT quem deu início a campanha pelas diretas: “[...] ela foi capitaneada pelo PMDB e começou em 15 de junho de 1983 em Goiânia e não na Praça Charles Miller (São Paulo) no fim do ano”. O PT, na verdade, ainda que não fosse a principal força da campanha, foi o que mais conquistou protagonismo nas ruas.

O objetivo do PT com relação a mobilização pelas diretas só terminaria quando o governo aceitasse e convocasse eleições. Por outro lado, o PMDB via o desfecho com o resultado da votação da emenda Dante de Oliveira. A emenda não passou no Congresso e os

líderes peemedebistas abandonaram a campanha. Furioso, o PT tentou levar a campanha sozinho, mas reconhecia que já não havia mais a mesma motivação de outrora (KECK, 1991).

Mantendo sua posição de contestador do *status quo* assim como nas eleições de 1982, o PT recusou-se a aceitar o discurso que limitava as possibilidades do jogo político. A direção partidária petista se opôs a participação de seus deputados no Colégio Eleitoral, provocando uma crise interna entre a direção e a face partidária. Deputados como Aírton Soares, Bete Mendes e José Eudes saíram do partido.

As campanhas de 1982 e 1984, internamente, foram encaradas como derrotas na esfera político-institucional. De acordo com Keck (1991), a falta de engajamento dos membros petistas em elaborar uma estratégia institucional se dá, principalmente, por meio da intensa atividade de seus militantes em movimentos sociais e no movimento sindical. Isto é, o partido ainda não tinha domínio de uma atuação conjunta em ambas as arenas - político-institucional e societária. É este cenário, no entanto, que estimula o debate acerca desta dinâmica.

O sucesso eleitoral do PT nas eleições para as prefeituras em 1985 é atribuído, segundo Keck (1991, 181), à moderação no discurso da campanha. Darci Accorci, candidato a prefeito de Goiânia pelo PT, “[...] conversava com os espectadores da televisão sentado em uma cadeira de barbeiro. A votação do PT nessa cidade saltou de cerca de cinco mil em 1982 para 97.000 em 1985”. Em Vitória, seu candidato vinha do setor liberal: Vitor Buaiz, médico e ambientalista, direcionava seu discurso às classes médias. “A ideia de que trabalhador deveria votar em trabalhador, embora ainda considerada importante, já não excluía um apelo aos que provavelmente não votariam em um trabalhador”. Lula, em entrevistas, afirmava que o PT aprendera a utilizar os meios de comunicação de massa, pois, uma coisa era realizar comícios de rua, motivando seus militantes, outra era se comunicar com o público dentro de suas casas (KECK, 1991, p. 181).

O resultado do pleito de 1985 significou, para os dirigentes petistas, que atribuir maiores esforços à política eleitoral fazia parte do caminho do partido em tornar-se real alternativa de governo. Ainda que não excluísse por total o envolvimento do PT na esfera societária, seus dirigentes buscavam fortalecer a organização partidária (KECK, 1991).

Na campanha presidencial de Lula, em 1989, o PT deixou de lado a postura sectária e abriu espaço para a formação de uma coligação que incluía o PC do B e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), intitulada Frente Brasil Popular. A imagem de João Amazonas e Luís Carlos Prestes em apoio a Lula significou um importante fator simbólico à campanha. Mas o que mais chama atenção foi o esforço organizativo empreendido pela coalizão que, embora possuísse poucos recursos, apresentou uma verdadeira jornada de massas. Em números, de

acordo com Pedro José Floriano Ribeiro (2008), a coligação reuniu mais de dois milhões de pessoas em 122 comícios só no primeiro turno (KECK, 1991, p. 186; RIBEIRO, 2008; SECCO, 2015, p. 134).

A eleição presidencial de 1989 ficou marcada pela resposta do eleitorado para o *status quo*. O baixíssimo desempenho de Ulysses Guimarães pelo PMDB (4,43%) e o embate no segundo turno entre dois candidatos que se mostravam como fora do *establishment* político, parece comprovar tal afirmação. De toda forma, Fernando Collor de Mello, concorrendo pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), recebeu 42,75% dos votos válidos contra 37,86% de Lula (KECK, 1991).

Para Keck (1991), este resultado revelou um cenário cujos protagonistas representavam dois brasis diferentes: o organizado e o desorganizado. O fato é que num sistema político altamente elitista, no qual é predominante a presença de letrados e “bem-nascidos”, o Brasil “organizado” de Lula – político surgido do chão de fábrica – não era capaz de vencer eleições nacionais; o peso do “espetáculo da política”, isto é, a atividade dos meios de comunicação de massa – para não dizer a imparcialidade pouco vedada da Rede Globo em relação ao candidato do Brasil “desorganizado” -, influenciaram mais do que os discursos programáticos e institucionais.

Por fim, podemos perceber que em seu primeiro decênio, o PT buscou lidar com os dilemas recorrentes entre a atuação na arena político-institucional e sua relação com os movimentos sociais. Consideradas como derrotas, a campanha eleitoral de 1982 e a campanha pelas eleições diretas pôde estimular o debate interno no partido. Dessa forma:

“Quando o partido ressurgiu na esfera pública, com as eleições para prefeito de 1985, passou a encarar os dilemas colocados na primeira metade dos anos 80 com renovado vigor. [...] Reforçar a capacidade organizacional dos movimentos sociais, construir um movimento político amplo buscando uma mudança fundamental nas relações sociais, construir um partido de militantes com estruturas democráticas, funcionar no nível eleitoral, participar das instituições políticas, [...] foi precisamente o esforço contínuo de o PT equilibrar todos eles que constituía a sua identidade política e o diferenciava dos outros partidos políticos brasileiros” (KECK, p. 268).

3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES EM TRANSFORMAÇÃO (1990 – 2002)

O processo de transformação pelo qual passou o Partido dos Trabalhadores, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990, se pauta nos fatores contextuais que incidem sobre a agremiação, como a Lei dos Partidos Políticos (LPP) de 1995, e o controle da coalizão dominante – Articulação/Campo Majoritário –, responsável por implementar tais reformas.

3.1 AMBIENTE INSTITUCIONAL: LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS (1995)

De acordo com Ribeiro (2008), a estrutura decisória interna, as pressões ambientais e as estratégias dos líderes são os principais fatores que recaem sobre a organização partidária. No que diz respeito as pressões ambientais, sua influência pode incidir de modo direto e indireto. Ou seja:

“De um lado, há os fatores que atingem diretamente a estrutura partidária, como a legislação que determina seu funcionamento interno e as regras de acesso às fontes de financiamento público e privado. Já os constrangimentos indiretos dizem respeito à fisionomia institucional do regime político nacional (federalista ou unitário) e ao grau de solidez dos órgãos e burocracias estatais, que afeta a possibilidade de ocorrência de processos de patronagem partidária. Por fim, e o mais importante, há os marcos institucionais que regulam as duas arenas principais em que o partido atua, a eleitoral e a parlamentar, acabando por influenciar indiretamente sua estrutura” (RIBEIRO, 2008, p. 67).

Os partidos, no entanto, não sofrem passivamente a influência ambiental, mas sim operam de forma a manter ou transformar o cenário em que estão inseridos. Neste sentido, o partido enfrenta dois tipos de pressões: àquelas ligadas ao interesse pela sobrevivência do partido, que o leva a tomar estratégias de adaptação ao sistema, moderando sua posição ideológica; e as pressões relacionadas as lealdades organizativas, fomentadas pela ideologia, que reclamam por uma estratégia de domínio do ambiente, a fim de transformá-lo. Segundo Ribeiro (2008), os partidos, geralmente, adotam simultaneamente ambas as estratégias.

A nova Lei dos Partidos Políticos (LPP), que veio a ser promulgada em 1995, representou, segundo Ribeiro (2008, p. 78), “o início de uma nova era na estruturação dos partidos no Brasil, já que revogou a LOPP¹ e todos os principais dispositivos que lhe seguiram”. Três mudanças fundamentais aqui nos interessam: a maior autonomia cedida às organizações partidárias para definir sua estrutura e funcionamento; o aumento substancial

¹ Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

dos recursos públicos dispostos aos partidos políticos - bem como uma maior fiscalização do Estado perante as finanças das legendas e de seus candidatos; e o fim da proibição de doações de empresas privadas (RIBEIRO, 2008).

Contudo, sobre este último ponto, Ribeiro (2008, p.80) comenta que:

“Apesar de ter facilitado as doações privadas, o aumento no aporte de recursos públicos foi tão grande que o fundo partidário consolidou-se como a principal fonte de financiamento para os partidos brasileiros. O montante de recursos repassados pelo Estado aos partidos aumentou quase vinte vezes, em valores corrigidos, entre 1995 e 1996”.

Assim, sobre as influências diretas, Ribeiro (2008) conclui que a LPP representa a conclusão do processo de redemocratização, já que põem fim a uma antiquada legislação partidária.

Por outro lado, analisando as influências indiretas, Ribeiro (2008) verifica que ocorre “uma forte pressão para que as organizações partidárias se adaptem à fisionomia institucional do regime político em que atuam. O grau de centralização ou descentralização do Estado é uma dessas fontes de pressão”. Neste sentido, o autor remonta a Duverger: “[...] os partidos políticos que operam em um Estado unitário tendem a adotar estruturas mais centralizadas do que aqueles que operam em um Estado federal. A agremiação tende a reproduzir em sua estrutura a hierarquia estatal dos níveis institucionais” (RIBEIRO, 2008, p. 82).

Além disso, no federalismo brasileiro, a tentação dos privilégios da esfera estatal incentiva a atuação suprapartidária de deputados federais e senadores - atuação que muitas vezes distingue da plataforma de seus partidos. Segundo o autor, “esse ordenamento de preferências pode solapar a atuação unitária do partido e da autoridade de seus líderes nacionais” (RIBEIRO, 2008, p. 84).

Em relação a burocracia estatal brasileira, Ribeiro (2008) chama atenção para a colonização do aparato estatal. Isto é, num país no qual há abundância de recursos públicos dispostos aos partidos governantes, a tendência da colonização dos aparatos estatais transforma-se em uma das fontes de fortalecimento dos partidos políticos, além de contribuir com a patronagem partidária, entendida pelo autor como “a capacidade de distribuir recursos, favores, cargos e demais tipos de incentivos seletivos aos membros do partido, a grupos de pressão ou a setores sociais determinados” (RIBEIRO, 2008, p. 85).

3.2 ARTICULAÇÃO/CAMPO MAJORITÁRIO: DA FORMAÇÃO À COALIZÃO DOMINANTE

Na dinâmica interna, a busca de um grupo/coalizão pela hegemonia do partido com intuito de dirigi-lo conforme seu interesse é vista como parte do processo de transformação das agremiações partidárias. No PT, este grupo está vinculado, principalmente, pelos sindicalistas, e tem suas raízes ainda no período que antecede a formação oficial do partido em 1980. As mudanças mais relevantes e simbólicas, no entanto, só vem a acontecer a partir da segunda metade da década de 1990.

3.2.1 Articulação dos 113

De acordo com Keck (1991), a primeira experiência eleitoral do PT, em 1982, permitiu não só a volta às bases, mas também a intensificação da luta pela direção interna do partido. Neste sentido, no ano de 1983, surge a tendência “Articulação dos 113”, formada principalmente por agentes pertencentes ao setor sindical (como Lula), militantes católicos e intelectuais. Em seu manifesto de fundação, a Articulação buscava “[...] combater, por um lado, os setores do partido que enfatizavam principalmente o papel institucional do PT e, por outro, os que o viam como uma vanguarda que atuava em nome da classe trabalhadora”. De toda forma, sua fundação se dá em vias de consolidar a liderança partidária (KECK, 1991, p. 135).

São dois os impactos observados pela autora quando da formação da coalizão: o esclarecimento acerca das diferentes posições no interior do partido, o que possibilita a oportunidade de seus membros em optarem entre elas, fortalecendo a democracia interna do partido; e a inescapável formação de uma coalizão dominante como parte do desenvolvimento organizacional dos partidos – que ressoa à teoria de Angelo Panebianco (KECK, 1991).

Para Secco (2015, p. 93) as tendências internas do PT – uma de suas características singulares – produzem não só um rico debate interno, mas também provocam crises de direção. Neste sentido, a formação da Articulação surge como consequência deste cenário e procura “[...] dar um centro político unificador ao partido”.

Para Coelho (2005), porém, a formação da Articulação é um processo que se inicia antes mesmo da fundação do PT: sua origem reside em laços que foram estabelecidos ainda durante a década de 1970, tendo no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo um dos principais espaços na construção destas relações. Com isso, vê no “grupo dos autênticos” – aqueles do Novo Sindicalismo – o ponto central da formação da coalizão dominante.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 186), “a hegemonia do grupo em nível nacional seria afirmada no 3º Encontro Nacional (EN), em 1984, quando a tendência conquistou dois terços dos delegados”. Dessa forma, cresce a polarização entre as tendências de esquerda e a Articulação na dinâmica interna do PT. Mas é apenas no 5º EN, de 1987, que a Articulação “[...] vê diminuir sua vantagem em relação às forças de esquerda” em razão de sua primeira defecção.

3.2.2 Crise da Articulação e a direção da coalizão de esquerda

Durante a primeira metade da década de 1990, houve um enfraquecimento mais acentuado da Articulação. Para Secco (2015), não foi apenas a crise internacional do socialismo que contribuiu para tal, a crescente inserção do PT nos aparatos estatais é também um fator a ser considerado, visto que, ao conquistar prefeituras importantes e prestígio internacional, “líderes petistas”, passam a trocar “princípios por votos e cargos” (SECCO, 2015, p. 146).

Ribeiro (2008, p. 191), nos lembra que:

“[...] crises internas decorrentes de um rápido avanço eleitoral são bastante comuns. A transformação do partido em alternativa real de governo, bem como as exigências da atuação institucional cotidiana tendem a gerar uma situação de crise de identidade e conflitos internos, afetando a estabilidade da coalizão e da própria organização”.

Ainda no início de 1993, a dissidência da Articulação, ao publicar seu manifesto “A Hora da Verdade”, criticava o pragmatismo e o eleitoralismo da coalizão, e seu apelo cada vez maior à luta institucional, deixando de lado a atuação com o setor societário. Todavia, a derrota da Articulação perante os dissidentes só viria no 8º EN (1993): “[...] a chapa formada por DS² e HV³ foi a grande vitoriosa, suplantando a Articulação como a mais votada. [...] Uma nova coalizão dominante fazia o PT pender à esquerda pela primeira vez em sua história” (RIBEIRO, 2008, p. 196).

Para Ribeiro (2008), a direção de 1993-95 pela coalizão de esquerda falhou em conduzir o PT com eficiência e unidade. As relações intrapartidárias e seus compromissos com as elites eram frágeis, o que tornava as negociações internas muito mais tensas. A derrota de Lula no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994 foi fatal para a direção, a causa, segundo o autor, reside na inabilidade da Executiva Nacional em lidar com o Plano Real, dar

² Democracia Socialista.

³ Hora da Verdade.

uma resposta ao popular programa econômico da oposição – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com isso, a perda de credibilidade da coalizão de esquerda, também seu curto período para hegemonizar todas as instâncias partidárias – já que a Articulação mantinha-se como maioria nas bancadas estaduais e federal, nas gestões municipais e em muitos Diretórios Estaduais – vê surgir uma nova aliança entre a Articulação e a Democracia Radical (DR) que irá solapar sua direção.

3.2.3 Campo Majoritário

No 10º EN, em 1995, um dos mais polarizados e tensos da história petista, o PT voltou a pender para a direita com a vitória da chapa Articulação e Democracia Radical – que mais tarde se tornará Campo Majoritário - sobre a chapa Esquerda Partidária. José Dirceu recebeu 50,02% dos votos contra 45,98% de Hamilton Pereira. A partir disso, a Articulação não só retoma o controle da direção partidária como busca enfraquecer e marginalizar as tendências da esquerda na dinâmica interna do partido (RIBEIRO, 2008; SECCO, 2015).

Os encontros após 1995 são marcados, segundo Ribeiro (2008, p. 203), “[...] pela tentativa do Campo Majoritário em promover a descompressão do sistema político petista. A estratégia seria sempre a mesma: estimular defecções na esquerda, cooptando dirigentes em troca de cargos”. Esta prática reduziu o peso da esquerda na luta interna de “46% para menos de 38%” em apenas dois anos.

Amaral (2010) sintetiza com eficiência o momento:

“As barreiras institucionais e organizativas para a expansão do PT começaram a ser removidas a partir de 1995, quando os moderados retomaram o comando do partido no 10º EN. [...] o PT dava início a um amplo processo de remodelagem de sua organização, desenho institucional e ideologia, com consequências não só no âmbito da participação na política institucional, mas também na sua relação mais ampla com a sociedade” (AMARAL, 2010, p.75).

3.3 TRANSFORMAÇÃO

As transformações pelas quais passa o PT a partir da segunda metade da década de 1995 com a retomada da direção pela Articulação/Campo Majoritário, envolvem mudanças no setor financeiro do partido, como um aumento na arrecadação de recursos, tanto estatais, quanto privados; a modernização das campanhas eleitorais, como a terceirização da mão-de-obra; e a burocratização e profissionalização dos membros partidários. Entretanto, embora o partido tenha se inserido cada vez mais na arena institucional, há que se considerar também os

mecanismos internos que promovem os vínculos do partido com a sociedade, como os setoriais.

3.3.1 Finanças

Segundo Ribeiro (2008), até 1995, a legislação dos partidos brasileiros proibia doações de pessoas jurídicas relegando o fundo partidário como única fonte efetiva de recursos aos partidos. No entanto, a LPP de 1995 (lei 9.096/95) “representou um salto mais que substantivo no montante total do fundo”, sendo o PT a agremiação que mais se beneficiou (RIBEIRO, 2008, p. 94).

O PT, diferentemente dos demais partidos brasileiros, sempre exigiu uma contribuição financeira de seus filiados. De acordo com Ribeiro (2008), esta prática se mostrou muito frágil, já que, além do baixo valor estipulado, muitos deixavam de contribuir, ou contribuía de forma irregular, comprometendo o repasse dos recursos ao Diretório Nacional (DN). Por outro lado, a obrigatoriedade da contribuição dos parlamentares é codificada desde o primeiro estatuto do partido. Em 1984, ratifica-se a contribuição mínima de 40% do rendimento total líquido para eleitos em nível federal e estadual. Embora este tema sempre tenha sido consenso internamente, muitos conflitos surgiram entre a face pública e os dirigentes do partido.

Na tabela abaixo, Ribeiro (2008) busca demonstrar a guinada na estrutura de financiamento do PT a partir de 1996. No entanto, os dados apresentam algumas ressalvas em virtude de seu deficiente sistema de prestação. Segundo o autor, a participação do fundo partidário passa de 12,3% em 1995 para 72% do total de receitas.

Tabela 1 - FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO DIRETÓRIO NACIONAL, 1983-1984 (%)

Ano prestação de contas	Fundo partidário	Contribuições estatutárias	Filiados	Outras receitas próprias	Total
1983	9,2	-	-	90,8	100
1984	8,9	-	-	91,1	100
1985	7,4	57,0	-	35,6	100
1986	0,7	-	-	99,3	100
1989	1,2	36,9	30,4	31,5	100
1990	1,8	56,4	6,4	35,4	100
1991	1,1	47,0	-	51,9	100
1993	2,8	39,2	11,9	46,1	100

1995	12,3	60,7	-	27,0	100
1996	72,1	20,4	1,8	5,7	100
1997	71,2	25,5	2,2	1,1	100
1998	71,3	20,9	3,6	4,2	100
1999	67,3	24,9	5,8	2,0	100
2000	71,6	13,6	0,5	14,3	100
2001	78,1	14,8	1,3	5,8	100
2002	69,8	6,9	0,8	22,5	100
2003	73,9	15,9	1,2	9,0	100
2004	51,9	15,4	0,7	32,0	100

FONTE: adaptado de Ribeiro (2008, p. 102).

Amaral (2010), ao observar a tese-guia do Campo Majoritário no 10º EN (1995) percebe que a coalizão já falava em inovações no campo financeiro. O documento, segundo o autor, já apontava a fragilidade na área, sugerindo, por sua vez, uma profissionalização do setor.

3.3.2 Modernização das campanhas eleitorais e o declínio da base

De acordo com Ribeiro (2008), a modernização das campanhas eleitorais é um processo que envolve a terceirização do trabalho, o investimento em mídias eletrônicas de massa (rádio e televisão) e o uso intensivo de marketing político-eleitoral. No entanto, o processo de modernização exige do partido uma grande quantidade de recursos financeiros. Dessa forma, “essa transformação pode ser percebida como a passagem do modelo de campanha trabalho-intensivo para o modelo capital-intensivo” (RIBEIRO, 2008, p. 109).

Durante a década de 1980, em consequência da falta de recursos financeiros e da resistência de quadros internos à criação de estruturas paralelas e contratação de experts externos durante os períodos eleitorais, Ribeiro (2008) vê a militância como principal meio de articulação organizativa empregada pelo PT nas campanhas eleitorais.

Contudo, a resolução aprovada no 4º EN, de 1986, embora conferisse preferência pela militância voluntária, estipulava a contratação de profissionais externos em último caso. Mas é em 1989, durante a primeira campanha presidencial de Lula que há certa contratação de profissionais externos – ora, para a utilização dos programas de rádio e televisão não havia outra forma se não a contratação de mão-de-obra especializada. Ainda assim, tal campanha representou um grande esforço do partido em mobilizar uma maciça organização voluntária (RIBEIRO, 2008).

Com a formação do Campo Majoritário em 1995, a mudança no modo petista de realizar campanhas torna-se mais evidente. Ribeiro (2008) nos apresenta o Manual de Campanha, organizado pelo deputado federal Elói Pietá, em 1996: “as recomendações do guia se basearam em palestras e publicações de especialistas em marketing”. Isto é, “um guia prático de marketing e estratégia eleitoral voltado especificamente para o PT”. Vale lembrar também que “seu autor era uma voz autorizada da Articulação, de modo que a publicação refletia, em grande medida, a visão da coalizão dominante formada em 1995” (RIBEIRO, p. 114).

O guia, segundo Ribeiro (2008), prevê a inevitabilidade de contratação de especialistas externos uma vez que o objetivo do partido é conquistar maiores eleições. O militante, neste sentido, é reduzido a uma mídia dentre várias utilizadas pelo candidato, como o rádio, televisão, merchandising, etc. Assim, as barreiras da resistência à modernização das campanhas estavam derrubadas e abriam caminho para uma intensiva campanha eleitoral que, mais tarde, veio legar à Lula o título de presidente da república.

Por outro lado, segundo Secco (2015), a modernização das campanhas cobra um preço que afeta diretamente as origens do PT. O enfraquecimento das bases, ou declínio da militância, se dá em virtude da crescente burocratização e profissionalização do partido, porém, só encontra sentido quando relacionadas aos fatores externos ao partido, como a diminuição das greves e o afastamento entre sindicatos e representados, assim como o esvaziamento das ruas como núcleo das mobilizações partidárias e sindicais. Isto é: “o comparecimento da militância à rua foi substituído pelos cabos eleitorais profissionalizados e os grandes comícios de primeiro de maio trocados por shows com prêmios para o público (automóveis e casas). Foi nítida a diminuição deste espaço na política” (SECCO, 2015, p. 179-180). Além disso, ainda olhando para os fatores externos, o autor faz uma interessante observação na qual vê no surgimento da “Teologia da Prosperidade” – doutrina cristã baseada na conquista financeira como desejo divino - o aval para a ascensão social e para o individualismo, em contraposição às práticas comunitárias estimuladas pelo PT e os movimentos sociais durante a década de 1980.

Do ponto de vista interno, Ribeiro (2008) nota que a terceirização de áreas estratégicas pode solapar a autonomia dos órgãos centrais em relação ao ambiente em que atuam, relegando o controle a agentes externos à agremiação. Estes agentes, segundo o autor, não estão submetidos à *accountability*, como estão os burocratas do partido. Além disso, eram controlados por poucos dirigentes, o que os deixavam livres das instâncias deliberativas, como os Diretórios e os Encontros. Dessa forma, nota-se que “a terceirização contribuiu para

um nítido enfraquecimento do poder da base em relação à direção nacional do PT, que passa a gozar de grau ainda maior de autonomia” (RIBEIRO, 2008, p. 122).

3.3.3 Burocratização e profissionalização

No centro da análise das relações entre partidos, Estado e sociedade civil, a burocracia e a profissionalização são elementos imprescindíveis. Para Ribeiro (2008, p. 136), o burocrata “é o funcionário remunerado pela legenda para se dedicar integralmente às atividades partidárias”, dessa forma, todo burocrata, seja executivo ou representativo⁴, é um profissional da política. Portanto, a burocratização significa o aumento da quantidade destes burocratas na estrutura partidária.

O PT sempre deu atenção à profissionalização política de seus militantes, isto é, remunerar dirigentes para que se dediquem exclusivamente às atividades partidárias. Esta posição sempre esteve vinculada a ideia de que quanto mais dirigentes com dedicação integral, mais eficácia teria o partido na busca pelos seus objetivos. No entanto, o processo de profissionalização, por depender da capacidade financeira da instância partidária, apresenta um caráter heterogêneo: em estados como São Paulo e Rio Grande do Sul haviam mais dirigentes remunerados do que em outros estados, devido à arrecadação de recursos por parte do Diretório Regional (RIBEIRO, 2008).

Segundo Ribeiro (2008, p. 139), “o PT é o único partido do regime pós-85 que adotou medidas concretas para a consolidação de um contingente de quadros disponíveis ao preenchimento de cargos comissionados”. As lealdades desses quadros, segundo o autor, são mais pessoais do que organizacionais, uma vez em que as nomeações ocorrem por meio de mandatários, líderes ou grupos seletos dentro do partido.

Portanto:

“A instrumentalização de cargos públicos em prol do partido (o conhecido aparelhamento) foi normatizada desde a fundação do PT, como estratégia legítima e positiva. Essa perspectiva está atrelada à concepção de que os mandatos executivos e legislativos, assim como os cargos a eles vinculados, pertencem ao partido, e não aos eleitos” (RIBEIRO, 2008, p. 140).

A fim de obter uma visão mais profunda acerca do processo de inserção de quadros petistas nos aparelhos de Estado, Ribeiro (2008) utiliza-se de delegados presentes nos

⁴ Burocrata executivo é aquele designado pelo dirigente partidário, desempenha quase que exclusivamente funções administrativas; os representativos, por outro lado, são indicados perante algum mecanismo eleitoral, desempenhando funções administrativas e políticas (RIBEIRO, 2008).

Encontros Nacionais do partido de 1990 e 2006. Para o autor (2008, p. 140-141), delegados são representativos dos dirigentes de nível intermediário na hierarquia do partido. Na tabela abaixo, constata-se que “[...] a grande maioria dos delegados ocupava, no momento de cada EN, algum cargo intermediário de direção. [...] Muitos desses delegados ocupavam, ao mesmo tempo, cargos em nível local e estadual”. Portanto, não se trata de filiados comuns ou militantes com baixa atividade partidária, são na verdade, “[...] lideranças subnacionais, com inserção na máquina e vinculação a algum agrupamento interno”.

Tabela 2 - INSTÂNCIA(S) PARTIDÁRIA(S) DA QUAL PARTICIPAM OS DELEGADOS AO EN (%)

	1997	1999	2001	2006
	11° EN	II CN	12° EN	13° EN
Diretório e/ou Executiva Municipal	47	47	42	47
Diretório e/ou Executiva Estadual	43	43	42	43
Executiva/Diretório Zonal	6	8	7	5
Núcleo de base	7	10	8	3
Direção Nacional	6	2	6	4
Outras instâncias	6	-	5	6
Total de delegados que participam	87	89	92	93
Não participam	12	10	8	7
(n)	(187)	(544)	(431)	(864)

FONTE: adaptado de Ribeiro (2008, p. 141).

A tabela 3, a seguir, diz respeito ao tipo de profissionalização dos delegados petistas. Podemos observar que o total de delegados profissionalizados, avançou de 60% no começo da década de 1990 para 74% em 2001. Isto se dá, segundo Ribeiro (2008, p. 142), em razão do “aumento da participação de mandatários e comissionados”; por outro lado, “a camada dos dirigentes do movimento sindical ou social reduziu-se de modo drástico no mesmo período, de 28% para 2%, refletindo o esfriamento entre o PT e os atores organizados da sociedade civil – inclusive os sindicatos”.

“Estamos diante, portanto, de um processo de profissionalização apoiado quase que exclusivamente em recursos estatais. A conquista de um mandato ou a nomeação para cargo de confiança são os principais caminhos que permitem ao filiado petista dedicar-se exclusivamente a atividades políticas (RIBEIRO, 2008, p. 142).

A tabela 3, a seguir, apresenta o tipo de profissionalização dos delegados.

Tabela 3 - PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DOS DELEGADOS PETISTAS (%)

Categoria de Profissionalização	1990	1991	1997	1999	2001	2006
	7° EN	I CN	11° EN	II CN	12° EN	13° EN
Mandatário legislativo/executivo	11	12	19	18	24	14

Quadro: cargo de confiança legislativo/executivo	11	17	21	24	30	24
Profissionalizado pelo PT (dirigente remunerado)	7	9	7	6	9	4
Profissionalizado pela tendência	-	2	2	2	2	-
Profissionalizado por movimento social/sindical	28	18	9	6	2	2
Outros/sem resposta	2	4	11	9	7	4
Profissionalizado pela política (total)	59	60	69	66	74	49
Não profissionalizado	41	40	31	34	26	51
(n)	(289)	(671)	(187)	(544)	(431)	(864)

FONTE: adaptado de Ribeiro (2008, p. 141).

De toda forma, Ribeiro (2008, p. 154) constata que, apesar dos dados apresentarem uma diminuição no grau de envolvimento entre o PT e os setores da sociedade organizada, “em todos os ENs, mais de dois terços dos delegados declararam participar de um ou mais movimentos, organizações ou associações da sociedade civil”. Na tabela seguinte, o autor demonstra que o movimento sindical e os movimentos populares mantêm-se como as principais organizações societárias de militância dos delegados petistas.

Tabela 4 - PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS EM MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL (%)

	1997	1999	2001	2006
	11° EN	II CN	12° EN	13° EN
Não participa	30	23	39	28
Participa de algum(ns) movimento(s)	70	77	69	72
Mov. Sindical/Associação professores	31	41	29	28
Movimentos urbanos: moradia/cultura/assoc. bairro/mídia/lazer e esporte	23	30	18	20
Organizações religiosas/Pastorais	9	16	8	7
Mulheres/Organizações feministas	9	11	10	7
Movimento estudantil/Juventude	7	9	8	5
Movimento ecológico/Ambientalista	6	9	9	3
Movimento negro/Combate ao racismo	4	5	5	3
MST	3	4	4	2
Gays e lésbicas	2	-	1	-
ONGs/Outras associações e movimentos	9	15	11	10
Outros	10	-	-	14
(n)	(187)	(544)	(431)	(864)

FONTE: adaptado de Ribeiro (2008).

3.3.4 PT e sociedade: os setoriais

Até aqui analisamos a burocratização e a profissionalização do partido, que por sua vez, nos revela um índice crescente de inserção na esfera estatal em contraste com a diminuição da participação de lideranças intermediárias em instâncias da sociedade civil. Contudo, se analisarmos a relação do PT com o Estado e a sociedade civil, devemos levar em consideração a “permeabilidade estrutural do partido em relação à sociedade”, isto é, o papel desempenhado pelas secretarias temáticas (ambiental, movimento negro, feminista, estudantil, sindical, etc.) que no PT apresentam-se como Secretárias Setoriais (RIBEIRO, 2008).

A relação do PT com os movimentos sociais passa pela “concepção hegemônica” do partido para com as organizações da sociedade, baseada em duas formas de interação: a inserção da sociedade no partido e a inserção dos membros partidários nos movimentos sociais. De acordo com Ribeiro (2008, p. 156), as Secretarias Setoriais representam o principal mecanismo desta relação, pois “eles institucionalizam o papel e o lugar dos movimentos no interior da máquina, ao mesmo tempo em que organizam a atuação dos militantes petistas nas entidades societárias”.

Grupos como o dos sindicalistas, dos agrários e o movimento estudantil possuíam posição na máquina partidária petista desde a década de 1980. A partir da primeira metade da década de 1990, os grupos setoriais intensificaram sua atividade no interior do partido passando a conquistar maior autonomia. Por outro lado, provocou tensões na dinâmica interna do partido: a tendência Articulação/Campo Majoritário não via tal movimentação com bons olhos, supondo que as demais tendências do partido poderiam colonizar os setoriais a fim de aumentar sua participação em instâncias deliberativas. Assim, segundo Ribeiro (2008), o objetivo do Campo Majoritário de manter a hegemonia na dinâmica interna fez com que houvesse um sufocamento dos setoriais, como parte do processo de marginalização das demais elites internas.

Neste sentido, de acordo com Ribeiro (2008, p. 160),

“o único avanço no estatuto de 2001 foi o reconhecimento formal dos setoriais como instâncias partidárias de formulação e articulação, podendo organizar-se nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Os setoriais de mulheres, juventude, combate ao racismo, meio ambiente, agrária e sindical foram ratificados como Secretarias, com maior autonomia, direito e estruturas organizativas próprias e à eleição de secretários estaduais e nacionais nos seus Encontros Setoriais”.

Apesar do sufocamento dos setoriais em consequência das estratégias de centralização e domínio do Campo Majoritário, o PT continua sendo o único partido nacional a dar atenção e reservar um lugar em sua estrutura para estes grupos (RIBEIRO, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metamorfose pela qual passa o PT no período aqui analisado se dá, especialmente, em razão da adaptação do partido em relação ao ambiente institucional em que está inserido. A moderação na imagem e no discurso, ainda que de forma branda, já é perceptível a partir da segunda metade da década de 1980, e está relacionada, principalmente, a busca por conquistas eleitorais.

A inserção do partido na dimensão institucional por meio de mandatos e do aparelhamento de militantes na esfera estatal, bem como uma arrecadação cada vez maior dos recursos disponibilizados pelo Estado, além do processo de profissionalização dos quadros partidários, representa a resposta dada pela coalizão dominante, Articulação/Campo Majoritário, aos estímulos externos (como as novas possibilidades geradas pela reforma partidária de 1995) e a dinâmica interna (como a marginalização das tendências de esquerda no PT), significando, por essência, o ponto central da transformação petista.

É verdade que tais transformações tornam o PT mais dependente do Estado, seja por meio do fundo partidário cujos recursos passam a ser vitais à sua sobrevivência, seja por meio da profissionalização de lideranças intermédias na máquina estatal. No entanto, com base no recorte da pesquisa, algumas marcas de sua origem permanecem presente em seu perfil, quer dizer, sua aproximação com o Estado não representa uma ruptura na relação com os setores da sociedade, pois muitos de seus líderes ainda mantêm vínculos com entidades desta esfera. Trata-se, então, de uma dupla atividade, interagindo com o ambiente político-institucional ao passo em que atua junto de movimentos da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. **As transformações na organização interna do partido dos trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010. 293 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ARTURI, Carlos Schmidt. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 17, p. 11-31, nov. 2001.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 25, p. 165-175, nov. 2005.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979 – 1998)**. 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- KECK, Margaret E. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979 – 1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 1995**. 2008. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

Curitiba, 18 de novembro de 2019.



Luan Bremer de Oliveira